



COLETÂNEA DE NORMAS JURÍDICAS E ADMINISTRATIVAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL ONLINE
CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Versão
digital:



MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA



DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Este produto foi desenvolvido pelo Projeto "Diagnóstico da Violência Sexual Online - Crianças e Adolescentes", uma ação do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) do Governo Federal, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A ação foi gerida e executada pela Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura (FUNPEC), sob a coordenação técnica do Observatório da População Infantojuvenil em Contextos de Violência, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (OBIJUV/UFRN). É parte da Caixa de Ferramentas "Faça Bonito na Rede" - Enfrentamento da Violência Sexual Online contra Crianças e Adolescentes.

Especificação do Projeto

Contrato 1016494, vinculado ao PNUD BRA/18/024 - Fortalecimento da garantia do direito à vida e da redução da violência contra crianças e adolescentes no Brasil

Coordenação Técnica do Projeto
Ilana Lemos de Paiva

Coordenação do Produto
Fellipe Coelho-Lima

Consultores Responsáveis
Ana Ludmila Freire Costa
Fellipe Coelho-Lima
Jenair Alves da Silva
Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira
Luana Isabelle Cabral dos Santos
Victor Varela

Pesquisadoras Especialistas
Amanda de Medeiros Lima
Silvia Renata Magalhães Lordello Borba Santos
Simone Paludo

Revisão Linguística e de Normalização
Aretha Kadichari Dantas Melo

Projeto Gráfico, Diagramação, Capa e Contracapa
Victor Varela

APRESENTAÇÃO

Este documento tem por objetivo apresentar o conjunto de normas jurídicas e administrativas compiladas ao longo do projeto “Diagnóstico da Violência Sexual Online - Crianças e Adolescentes”. Tais normas abrangem tanto o cenário nacional quanto o internacional e integram o rol de fontes analisadas no Produto III do projeto, referente ao Domínio de Políticas Públicas e Governança, e no Produto IV, relativo ao Domínio da Justiça Criminal. Assim, neste documento, essas normas são apresentadas com a indicação de seu título, caput e respectivo *link* para acesso. Conforme descrito no Produto II, focado na proposta metodológica do diagnóstico, a obtenção desses documentos ocorreu por diferentes caminhos.

No que se refere ao material de âmbito nacional, a coleta foi realizada a partir de fontes oficiais, incluindo os sítios eletrônicos do Planalto (<https://www4.planalto.gov.br/legislacao>), da Câmara dos Deputados (<https://www.camara.leg.br/legislacao>), do Senado Federal (<https://normas.leg.br/busca>) e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA (<https://www.gov.br/participamaisbrasil>).




Como palavras-chave de busca, foram utilizadas aquelas apresentadas no Quadro 01, respeitando-se as particularidades de cada mecanismo de pesquisa para a adequada realização dos cruzamentos entre os termos. Quanto ao tipo de material, foram incluídas leis, decretos e decretos-lei, atos administrativos, resoluções e projetos de lei.

Quadro 01 - Termos de busca nos sites do Planalto, Câmara e Senado Federal

Violências	Público	Ambiente
violência sexual	Criança	digital
abuso sexual	Adolescente	online
Pornografia	Infantil	internet
Sextorção	Jovem	virtual
Sexting	Juventude	cyber
Exploração sexual	Adolescência	-

Fonte: elaborado pelos autores, 2024.



The image shows a hand holding a smartphone. The phone's screen is the central focus, displaying two paragraphs of text in white on a dark blue background. The background of the entire image is black with a repeating pattern of various white icons, including hearts, faces with different expressions, thumbs up, lightning bolts, and other symbols. The hand is rendered in a stylized, cartoonish manner with brown skin and black outlines. The phone is a simple grey rectangle with rounded corners and a small circle at the top center representing a camera lens. In the bottom right corner of the phone's screen, there are two yellow circular icons: one with a plus sign and one with a right-pointing arrow.

Diferentemente do levantamento de materiais nacionais — que buscou, na medida do possível, exaurir as normas disponíveis —, no caso da legislação internacional o objetivo foi compilar normas relevantes, de modo a inspirar a formulação e o aprimoramento de ações no contexto brasileiro. Para tanto, foram coletados materiais de oito países que se destacaram em iniciativas de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, conforme apontado por estudos da Economist Impact (2022), da WeProtect Global Alliance (2024) e do ICMEC (2024). Esse critério orientou, de forma transversal, as análises do Diagnóstico relativas ao cenário internacional.


A esse critério somou-se a adoção do espanhol ou do inglês como línguas oficiais para análise da legislação, bem como a inclusão de países da América Latina, considerando o compartilhamento de contextos históricos, sociais e institucionais semelhantes aos do Brasil. Dessa forma, os países selecionados, assim como os respectivos sítios eletrônicos utilizados para a busca da legislação, foram os seguintes:

- Reino Unido: <https://www.legislation.gov.uk/>;
- Colômbia: <https://www.suin-juriscol.gov.co/legislacion/normatividad.html>;
- Canadá: <https://laws.justice.gc.ca/eng/index.html>;
- Filipinas: <https://www.congress.gov.ph/legis/>;
- Austrália: <https://www.legislation.gov.au/>;
- El Salvador: <https://www.asamblea.gob.sv/leyes-y-decretos/busqueda-decretos>);
- México: https://legislacion.edomex.gob.mx/leyes_federales; e
- Uganda: <https://ulii.org/>

As palavras de buscas utilizadas nesses sites (considerando o idioma oficial do país): sexual violence/violência; sexual/ sexual abuse/abuso sexual; grooming/acoso; sextortion/sextorsión; sexting/sexteo; pornography/pornografia; child/niño/niña/niñez; youth/juventud; adolescente/adolescente; teenager/adolescente; youngster/joven/jóvenes; kid/niño/niña/niñez; digital, online/en línea; technology-facilitated/tecnología/facilitado por tecnología/facilitado por medios en línea; virtual; cyber/ciber/informático/eletrônico; e Internet.

Tanto no levantamento nacional quanto no internacional, foram incluídas as normas que: (i) estavam vigentes no período de realização do Diagnóstico; e (ii) apresentavam conteúdo diretamente relacionado à violência sexual online contra crianças e adolescentes.





Foram excluídas aquelas que: (i) tratavam do público infantojuvenil ou da violência sexual de forma geral, sem abordar especificamente a violência sexual online; e (ii) abordavam a violência sexual *online*, mas envolvendo outros públicos, excluindo crianças e adolescentes.

A partir dessa metodologia, o presente documento foi composto por 73 normas, sendo 25 referentes à legislação nacional (1), 30 projetos de lei brasileiros e 18 normas oriundas do cenário internacional. A coleta desse material ocorreu em abril de 2024. Em relação às normas e projetos nacionais, a coleta foi atualizada e ampliada em abril de 2026, incluindo o ECA Digital, e acrescentando ao corpo analisado 02 leis, 01 decreto, 01 resolução e 58 novos projetos de leis submetidos até 2025.

Espera-se que, com essa compilação, seja possível facilitar o embasamento de políticas públicas, novos projetos de leis e ações na sociedade em geral, a partir da legislação vigente. Igualmente, que se possa atentar para as normas atuais que precisam de revisão, projetos de leis que merecem a incidência política para sua aprovação e normas internacionais que podem inspirar ações nacionais.

(1) Depois da conclusão deste documento, em setembro de 2025, foi sancionada a Lei nº 15.211/2025, o ECA Digital – lei que estabelece diretrizes para a proteção de crianças e adolescentes em ambiente virtual. Essa Lei entrou em vigor depois da aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 2.628/2022 e foi regulamentada a partir do Decreto nº 12.880, de 18 de março de 2026. Este último documento institui a Política Nacional de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente no Ambiente Digital. Esse fato demandou a ampliação da coleta, da análise e da socialização das normas aqui elencadas.

As autoras e os autores

SUMARIO



1. Normas Jurídicas e Administrativas

Nacionais **8**

2. Projetos de Lei **15**

3. Normas Jurídicas e Administrativas

Internacionais **35**

REFERÊNCIAS **31**

1. NORMAS JURÍDICAS E ADMINISTRATIVAS NACIONAIS

Norma	Ementa	Link
Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940	Código penal	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm
Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm
Decreto Legislativo nº 230, de 2003	Aprova os textos dos Protocolos Facultativos à Convenção sobre os Direitos da Criança, relativos ao envolvimento de crianças em conflitos armados e à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil, assinados em Nova York, em 6 de setembro de 2000.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2003/decretolegislativo-230-29-maio-2003-496862-norma-pl.html
Lei nº 10.764, de 12 de novembro de 2003	Altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10764.htm



Norma	Ementa	Link
Decreto nº 5.007, de 8 de março de 2004	Promulga o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5007.htm
Lei nº 11.829, de 25 de novembro de 2008	Altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para aprimorar o combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil, bem como criminalizar a aquisição e a posse de tal material e outras condutas relacionadas à pedofilia na internet.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11829.htm
Lei nº 12.015, de 07 de agosto de 2009	Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm



Norma	Ementa	Link
Lei nº 12.735, de 30 de novembro de 2012	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar, e a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para tipificar condutas realizadas mediante uso de sistema eletrônico, digital ou similares, que sejam praticadas contra sistemas informatizados e similares; e dá outras providências.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12735.htm
Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012	Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12737.htm
Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014	Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm
Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015	Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm



Norma	Ementa	Link
Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016	Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm
Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017	Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm
Lei nº 13.441, de 8 de maio de 2017	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13441.htm
Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm



Norma	Ementa	Link
Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais).	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/lei/l13718.htm
Lei nº 13.772, de 19 de dezembro de 2018	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para reconhecer que a violação da intimidade da mulher configura violência doméstica e familiar e para criminalizar o registro não autorizado de conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/lei/l13772.htm
Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019	Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/lei/l13964.htm



Norma	Ementa	Link
Decreto nº 10.222, de 5 de fevereiro de 2020	Aprova a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10222.htm
Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020	Institui a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10531.htm
Decreto Legislativo nº 37, de 2021	Aprova o texto da Convenção sobre o Crime Cibernético, celebrada em Budapeste, em 23 de novembro de 2001	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2021/decretolegislativo-37-16-dezembro-2021-792105-publicacaooriginal-164114-pl.html
Medida Provisória nº 1.140, de 27 de outubro de 2022	Institui o Programa de Prevenção e Combate ao Assédio Sexual no âmbito dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e distrital.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Mpv/mpv1140.htm
Resolução nº 223, de 30 de dezembro de 2022	Estabelece diretrizes e parâmetros de atendimento socioeducativo às adolescentes privadas de liberdade no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).	https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/21520



Norma	Ementa	Link
Decreto nº 11.491, de 12 de abril de 2023	Promulga a Convenção sobre o Crime Cibernético, firmada pela República Federativa do Brasil, em Budapeste, em 23 de novembro de 2001.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11491.htm
Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024	Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, prevê a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA).	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14-811-de-12-de-janeiro-de-2024-537300944
Resolução nº 265, de 12 de junho de 2025	Dispõe sobre as diretrizes para a formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas voltadas à prevenção, proteção e ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, e dá outras providências.	https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/69836
Lei nº 15.211, de 17 de setembro de	Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais (ECA Digital)	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/L15211.htm
Lei nº 15.280, de 5 de dezembro de 2025	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para agravar a pena dos crimes contra a dignidade sexual de pessoa vulnerável; o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para prever medidas protetivas de urgência a vítimas de crimes contra a dignidade sexual e em situação de especial vulnerabilidade; a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para prever a monitoração eletrônica dos condenados por crime contra a dignidade sexual; a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA), para estabelecer mecanismos de proteção a crianças e a adolescentes vítimas de crimes contra a dignidade sexual; e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (LBI), para assegurar assistência psicológica e social especializada às pessoas com deficiência vítimas de crimes contra a dignidade sexual e a suas famílias.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/l15280.htm
Decreto nº 12.880, de 18 de março de 2026	Regulamenta a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, e institui a Política Nacional de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente no Ambiente Digital.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/Decreto/D12880.htm

2. PROJETOS DE LEI

Norma	Ementa	Link
Projeto de lei nº 963, de 03 de maio de 2007	Acrescenta artigo à Lei nº 8.069, de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, com o objetivo de restringir a publicidade de material pornográfico.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=350322
Projeto de lei nº 8040, de 28 de outubro de 2014	Acrescenta o inciso V ao art. 13 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=623798
Projeto de lei nº 5204, de 06 de maio de 2016	Projeto de lei nº 5204, de 06 de maio de 2016	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2083675
Projeto de lei nº 6449, de 09 de novembro de 2016	Obriga as operadoras que disponibilizam o acesso à rede mundial de computadores, criarem sistema que filtra e interrompe automaticamente na internet todos os conteúdos de sexo virtual, prostituição, sites pornográficos.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2083675



Norma	Ementa	Link
Projeto de lei 8309, de 16 de agosto de 2017	Aumenta a pena do crime de divulgação de imagem íntima de criança ou adolescente e tipifica a conduta de exposição de intimidade sexual.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2148120
Projeto de lei nº 9057, de 08 de novembro de 2017	Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para criminalizar a produção, a execução e a venda de obra visual de desenho com estórias em quadrinhos ou obra audiovisual do tipo animação que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2160918
Projeto de lei nº 9744 de 08 de março de 2018	Obriga a criação de mecanismos de identificação em anúncios publicitários na internet e responsabiliza aquele que administra, intermedia ou gerencia tais anúncios em sítio ou aplicação de internet que disponibilize e/ou distribua conteúdo que abarque ilícitos penais.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2169062
Projeto de lei nº 2846 de 14 de maio de 2019	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar a pena dos crimes de divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia com menores.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao/?idProposicao=2203111



Norma	Ementa	Link
Projeto de lei nº 3857 de 03 de julho de 2019	Estabelece tratamento penal mais rígido a condutas praticadas com o auxílio da Internet.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2210581
Projeto de lei nº 3089 de 20 de junho de 2020	Altera os artigos 215-A e do 218-C do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas dos respectivos delitos.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2254355
Projeto de lei nº 3993 de 29 de julho de 2020	Dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de documentos comprobatórios da idade para acesso às plataformas digitais.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2258897
Projeto de lei nº 5537 de 15 de dezembro de 2020	Altera o art. 218-C e acrescenta art. 218-D ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para ampliar as hipóteses de penalização e aumento de pena para o crime de divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia, bem assim criar o tipo penal de “Produção e comercialização de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia não consentida”, e dá outras providências.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2267192



Norma	Ementa	Link
Projeto de lei nº 154, de 03 de fevereiro de 2021	Altera as penas dos crimes em espécie do Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2268836
Projeto de lei nº 229, de 04 de fevereiro de 2021	Altera o art. 323 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para tornar inafiançáveis os crimes relacionados à prática da pedofilia.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2269073
Projeto de lei nº 830, de 05 de abril de 2022	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para aumentar as penas dos crimes previstos nos arts. 240, 241, 241-A a 241-D; bem como incluir a internet entre os possíveis meios de aliciamento, assédio, instigação ou constrangimento e, nesses casos, prever causa de aumento de pena para quem se vale de perfil em redes sociais para interagir com criança ou pratica abuso psicológico.	https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/152628
Projeto de lei nº 1823, de 29 de junho de 2022	Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para vedar que instituições de pagamento e instituições financeiras autorizem transações em meio eletrônico relacionadas à participação em jogos de azar e loterias não autorizadas e a compra de material de pedofilia.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2330827



Norma	Ementa	Link
Projeto de lei nº 2628 de 18 de outubro de 2022	Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais.	https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/154901
Projeto de lei nº 2144, de 05 de abril de 2023	Altera os artigos 215-A, 216-A, 216-B, 217-A, 218, e do 218-C do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 –Código Penal, para aumentar as penas dos respectivos delitos.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2358337
Projeto de lei nº 1912, de 14 de abril de 2023	Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para dispor sobre a garantia da responsabilização ulterior de usuários da internet, respeitada a liberdade de pensamento e de expressão, em conformidade com o artigo 13, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, Decreto nº 678, de 06 de novembro de 1992.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2356488
Projeto de lei nº 2746, de 23 de maio de 2023	Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, instituindo o Sistema Nacional de Prevenção ao Crime de Pedofilia Cibernética - Sinape.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2364460



Norma	Ementa	Link
<p>Projeto de lei nº 4224 de 25 de setembro de 2023</p>	<p>Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares; prevê a Política Nacional de Prevenção e Proteção ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).</p>	<p>https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/160159</p>
<p>Projeto de lei nº 4789, de 03 de outubro de 2023</p>	<p>Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 - Lei de Crimes Hediondos, a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, e o DecretoLei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para recrudescer o tratamento penal destinado aos crimes sexuais contra crianças e adolescentes, visando prevenir e coibir o incentivo à pedofilia.</p>	<p>https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2392485</p>
<p>Projeto de lei nº 4923, de 10 de outubro de 2023</p>	<p>Altera Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), para dispor sobre o estupro na modalidade virtual, e dá outras providências.</p>	<p>https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2394898</p>



Norma	Ementa	Link
Projeto de lei nº 4923, de 10 de outubro de 2023	Altera Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), para dispor sobre o estupro na modalidade virtual, e dá outras providências.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2394898
Projeto de lei nº 5490 de 13 de novembro de 2023	Altera o art. 323 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para tornar insuscetíveis de fiança os crimes relacionados à prática da pedofilia.	https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/161035
Projeto de lei nº 5492, de 13 de novembro de 2023	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para dispor sobre os crimes sexuais virtuais.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2403726
Projeto de lei nº 5694, de 24 de novembro de 2023	Criminaliza a manipulação ou adulteração de fotos, vídeos ou sons, utilizando-se de sistemas de inteligência artificial, com o intuito de causar constrangimento, humilhação, assédio, ameaça ou qualquer outro tipo de violência contra crianças ou adolescentes, além disso, aumenta a pena para crimes relacionados à pornografia infantil na hipótese de uso de inteligência artificial, se a cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente for manipulada ou adulterada por meio de sistema de inteligência artificial.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2406508



Norma	Ementa	Link
Projeto de lei nº 5956, de 11 de dezembro de 2023	Altera o Marco Civil da Internet para obrigar os provedores a notificar as autoridades sobre práticas aparentes ou iminentes de abuso sexual infantojuvenil.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=241208 <u>2</u>
Projeto de lei nº 36, de 05 de fevereiro de 2024	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para proibir, temporariamente, o acesso à rede mundial de computadores por indivíduos condenados pela prática de crimes com a utilização dessa ferramenta, e dá outras providências.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=241689 <u>9</u>
Projeto de lei nº 42, de 05 de fevereiro de 2024	Aprimora a tipificação dos crimes de Intimidação Sistemática (bullying) e Intimidação Sistemática Virtual (cyberbullying) e inclui crimes de Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação e crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente na Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=241690 <u>8</u>
Projeto de lei nº 425, 25 de fevereiro de 2024	Altera o art. 218-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar a pena do crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.	https://www.congressonacional.leg.br/materias/materias-bicameras/-/ver/pl-425-2024



Norma	Ementa	Link
Projeto de lei nº 369, de 11 de fevereiro 2025	Institui mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência, abuso ou exploração sexual contra a criança e o adolescente no ambiente digital, e dá outras providências.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2483518
Projeto de lei nº 604, de 20 de fevereiro 2025	Dispõe sobre medidas de combate à importunação, ao abuso sexual e ao abuso sexual digital na rede de ensino, em cumprimento aos princípios de proteção e segurança previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2485083
Projeto de lei nº 588, de 20 de fevereiro 2025	Dispõe sobre soluções de enfrentamento à pedofilia, à cyberpedofilia ou à apologia à pedofilia nos veículos de transporte escolar, nas condições que especifica e dá outras providências.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2484937
Projeto de lei nº 983, de 13 de março 2025	Altera o art. 217-A do Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), para recrudescer o tratamento penal dispensado ao crime de estupro de vulnerável.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2486867



Norma	Ementa	Link
Projeto de lei nº 1.297, de 28 de março 2025	Dispõe sobre a obrigatoriedade das plataformas digitais, aplicativos e serviços de streaming disponibilizarem mecanismos eficazes de controle parental, visando à proteção integral de crianças e adolescentes no ambiente digital, e dá outras providências.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetrami?acao?idProposicao=2490702
Projeto de lei nº 2.134, de 06 de maio 2025	Dispõe sobre medidas de prevenção e combate à violência virtual contra crianças e adolescentes, e dá outras providências.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetrami?acao?idProposicao=2504691
Projeto de lei nº 2.336, de 15 de maio 2025	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para tipificar como crime a conduta de induzir, instigar ou auxiliar, por meio de mídias digitais, redes sociais, aplicativos, plataformas digitais ou qualquer meio eletrônico, crianças e adolescentes a praticarem atos que coloquem em risco sua integridade física, saúde ou vida.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetrami?acao?idProposicao=2509467
Projeto de lei nº 2.393, de 20 de maio 2025	Aperfeiçoa a legislação penal relativa aos crimes de pedofilia e de maus-tratos	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetrami?acao?idProposicao=2512212



Norma	Ementa	Link
Projeto de lei nº 3.066, de 25 de junho 2025	Institui medidas de enfrentamento e repressão aos crimes de pornografia de crianças e adolescentes relacionados ao uso de inteligência artificial e de técnicas de mascaramento de endereço de IP empregadas para viabilizar a prática de crimes relacionados à pornografia infantil na internet, altera a Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos) e a Lei nº 12.850/2013 (Lei das Organizações Criminosas) para recrudescer o tratamento penal aos criminosos sexuais.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2528433
Projeto de lei nº 3.158, de 01 de julho 2025	Torna insuscetíveis de fiança os crimes relacionados à pedofilia.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2529801
Projeto de lei nº 3.205, de 02 de julho 2025	Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), para dispor sobre a proteção de crianças e adolescentes contra conteúdos prejudiciais na internet.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2531453
Projeto de lei nº 3.282, de 08 de julho 2025	Dispõe sobre a obrigatoriedade de mecanismos preventivos de filtragem algorítmica por plataformas digitais para restringir a disseminação de conteúdos que incentivem automutilação, crimes ou práticas violentas, e dá outras providências.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2532963



Norma	Ementa	Link
Projeto de lei nº 3.336, de 09 de julho 2025	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – para dispor sobre os direitos de crianças e adolescentes no ambiente digital.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetrami?acao?idProposicao=2534350
Projeto de lei nº 3.417, de 15 de julho 2025	Institui mecanismos adicionais de prevenção, monitoramento, investigação e repressão ao abuso sexual infantil online e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetrami?acao?idProposicao=2536701
Projeto de lei nº 2.810, de 18 de julho 2025	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para agravar a pena dos crimes contra a dignidade sexual de pessoa vulnerável; o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para prever medidas protetivas de urgência para vítimas de crimes contra a dignidade sexual e em situação de especial vulnerabilidade; a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para prever a monitoração eletrônica dos condenados por crime contra a dignidade sexual; a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer mecanismos de proteção a crianças e adolescentes vítimas de crimes contra a dignidade sexual; e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para assegurar assistência psicológica e social especializada às vítimas de crimes contra a dignidade sexual com deficiência e suas famílias.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetrami?acao?idProposicao=2538263
Projeto de lei nº 3.790, de 06 de agosto 2025	Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital, estabelece restrições à exibição, participação e monetização de conteúdos em plataformas digitais, impõe deveres às plataformas e dá outras providências.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetrami?acao?idProposicao=2541104



Norma	Ementa	Link
Projeto de lei nº 3.854, de 11 de agosto 2025	Acrescenta dispositivo ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para agravar as penas e tipificar a conduta de produção, publicação ou facilitação da circulação de conteúdo sexualizado envolvendo crianças e adolescentes, mesmo sem nudez explícita, quando houver conotação sexual.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2542110
Projeto de lei nº 3.891, de 11 de agosto 2025	Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), para dispor sobre a responsabilização pessoal dos representantes legais, em território nacional, por provedores de aplicações de internet em relação a conteúdos que promovem a 'adultização' infantil e a pedofilia.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2542395
Projeto de lei nº 3.859, de 11 de agosto 2025	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para tipificar o crime de adultização e erotização digital de criança ou adolescente.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2542145
Projeto de lei nº 3.877, de 11 de agosto 2025	Dispõe sobre medidas de prevenção e combate à adultização de crianças e adolescentes no Brasil, estabelece diretrizes para a publicidade, conteúdos midiáticos, ambientes escolares e eventos, e dá outras providências.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2542286
Projeto de lei nº 3.850, de 11 de agosto 2025	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para incluir o crime de sexualização digital ou impressa de criança ou adolescente, para condutas que promovam ou retratem menores de forma sexualmente sugestiva ou induzam a práticas libidinosas.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2542085



Norma	Ementa	Link
Projeto de lei nº 3.836, de 11 de agosto 2025	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para criminalizar a “adultização” e a exploração de imagem de crianças e adolescentes com finalidade de lucro na internet.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2542001
Projeto de lei nº 3.848, de 11 de agosto 2025	Dispõe sobre a criminalização e responsabilização civil e penal de condutas que envolvam a sexualização ou adultização de crianças e adolescentes em conteúdos audiovisuais, e estabelece medidas para bloqueio de algoritmos e contas que promovam ou busquem tais conteúdos nas plataformas digitais, nos termos da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2542066
Projeto de lei nº 3.842, de 11 de agosto 2025	Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para estabelecer obrigações de transparência e de avaliação de impacto algorítmico relativas a conteúdos que envolvam crianças e adolescentes.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2542007
Projeto de lei nº 3.845, de 11 de agosto 2025	Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para estabelecer regras sobre verificação de idade, controle parental e denúncia de conteúdo impróprio em redes sociais.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2542044
Projeto de lei nº 3.837, de 11 de agosto 2025	Institui a Política Nacional de Conscientização e Combate à Adultização Infantil e dá outras providências.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2542002



Norma	Ementa	Link
Projeto de lei nº 3.840, de 11 de agosto 2025	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o crime de adultização digital de criança ou adolescente.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2542005
Projeto de lei nº 3.946, de 12 de agosto 2025	Estabelece que menores de 16 anos somente poderão manter conta em aplicativos de redes sociais mediante vinculação a uma conta pré-existente de um dos responsáveis.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2543112
Projeto de lei nº 3.924, de 12 de agosto 2025	Institui a Lei Felca, para dispor sobre a proteção de crianças e adolescentes na Internet, e dá outras providências.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2542958
Projeto de lei complementar nº 166, de 12 de agosto 2025	Altera a Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, para dispor sobre a atuação da Defensoria Pública da União e das Defensorias Públicas dos Estados e do Distrito Federal na prevenção, acompanhamento e enfrentamento da adultização de crianças e adolescentes.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2543192
Projeto de lei nº 3.914, de 12 de agosto 2025	Dispõe sobre a vedação de obter proveito econômico, por plataformas digitais, pais, responsáveis ou terceiros, com conteúdo que promova a adultização de crianças.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2542827
Projeto de lei nº 3.910, de 12 de agosto 2025	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para fortalecer a proteção integral de crianças e adolescentes no ambiente digital, coibir a adultização e a sexualização precoce, criminalizar a erotização infantojuvenil e estabelecer responsabilidades para fornecedores de produtos e serviços de tecnologia da informação.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2542628



Norma	Ementa	Link
Projeto de lei nº 3.899, de 12 de agosto 2025	Acrescenta o art. 240-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para tipificar a criminalização da adultização e erotização infantil na internet, bem como como dispositivos à Lei 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet).	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2542415
Projeto de lei nº 3.929, de 12 de agosto 2025	Dispõe sobre a criminalização da monetização de conteúdo infantil em redes sociais e plataformas digitais sem expressa autorização judicial, altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para assegurar a proteção integral da imagem de crianças e adolescentes na internet, e dá outras providências.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2542988
Projeto de lei nº 3.960, de 12 de agosto 2025	Altera o artigo 241-B da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para aumentar a pena do crime de que trata, proibir a monetização de conteúdos que envolvam exploração ou sexualização infantil, reforçar a proteção integral contra a violência sexual física e virtual, e estabelecer mecanismos de cooperação entre autoridades e provedores de internet.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2543148
Projeto de lei nº 3.903, de 12 de agosto 2025	Acrescenta dispositivos ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) para instituir medidas de prevenção e enfrentamento da adultização online e da exploração sexual de crianças e adolescentes, e dá outras providências.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2542444
Projeto de lei nº 3.987, de 13 de agosto 2025	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), para dispor sobre a proteção integral contra a adultização precoce e a exposição indevida da imagem de crianças e adolescentes em meios digitais e audiovisuais.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2545120



Norma	Ementa	Link
Projeto de lei nº 4.062, de 18 de agosto 2025	Institui o Estatuto da Proteção da Criança na Era Digital – EPCED e dá outras providências.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2548924
Projeto de lei nº 4.069, de 18 de agosto 2025	Dispõe sobre a proteção integral de crianças e adolescentes no ambiente digital, alterando a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet) e a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), para instituir mecanismos de combate à adultização precoce, à pedofilia e à exploração sexual no ambiente virtual.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2549047
Projeto de lei nº 4.065, de 18 de agosto 2025	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para criminalizar a “adultização” e a exploração de imagem de crianças e adolescentes com finalidade de lucro na internet.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2549009
Projeto de lei nº 4.061, de 18 de agosto 2025	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para agravar a pena de crimes praticados contra crianças e adolescentes.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2548923
Projeto de lei nº 4.091, de 19 de agosto 2025	Altera a Lei nº 12.965, de 23 de Abril de 2014 (Marco Civil da Internet), e dá outras providências.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2549506



Norma	Ementa	Link
Projeto de lei nº 4.081, de 19 de agosto 2025	Dispõe sobre a proteção integral de crianças e adolescentes no uso da internet e das redes sociais, estabelece obrigações às plataformas digitais e dá outras providências.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2549345
Projeto de lei nº 4.137, de 20 de agosto 2025	Altera a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, para incluir expressamente as violências decorrentes de atos de racismo e cyberbullying como formas de violência contra crianças e adolescentes.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2550752
Projeto de lei nº 4.237, de 26 de agosto 2025	Altera o Código Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente para agravar as penas aplicadas aos crimes de abuso sexual, aliciamento, adultização e exposição de crianças e adolescentes na internet, inclusive por influenciadores digitais e em jogos de azar online, e dá outras providências.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2552666
Projeto de lei nº 4.208, de 26 de agosto 2025	Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), para dispor sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais e estabelecer requisitos para a criação e manutenção de perfis em plataformas digitais e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar crime praticado por responsáveis legais em contextos digitais.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2552086
Projeto de lei nº 4.323, de 29 de agosto 2025	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tipificar o crime de aliciamento cibernético em tempo real e agravar penas para a utilização de inteligência artificial na produção de material de exploração sexual infantil.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2554834



Norma	Ementa	Link
Projeto de lei nº 4.694, de 22 de setembro 2025	Acrescenta o art. 27-A à Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025 (ECA digital), para dispor sobre o dever de comunicação, preservação e encaminhamento de denúncias de graves violações de direitos contra crianças e adolescentes em ambiente digital.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2562896
Projeto de lei nº 4.934, de 02 de outubro 2025	Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para vedar a erotização precoce de crianças e adolescentes em provedores de aplicações de internet e estabelecer medidas de proteção no ambiente online.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2567043
Projeto de lei nº 5.114, de 14 de outubro 2025	Dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Rede de Proteção contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, como parte integrante da política de proteção integral, e dá outras providências.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2571002
Projeto de lei nº 5.232, de 15 de outubro 2025	Institui o Programa Nacional Meninas Seguras e Livres (PNMSL), de proteção integral de meninas contra todas as formas de violência, abuso, exploração, discriminação e desigualdade de oportunidades, altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e dá outras providências.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2572712
Projeto de lei nº 5.486, de 29 de outubro 2025	Dispõe sobre a vedação de práticas de adultização e exposição a conteúdos eróticos em ambientes acessíveis a crianças menores de 14 anos, como medida complementar à proteção integral da infância.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2578871



Norma	Ementa	Link
Projeto de lei nº 6.196, de 05 de dezembro 2025	Altera a Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024, para dispor sobre a prevenção da violência sexual, inclusive por meios digitais, no âmbito doméstico, familiar e escolar; assegurar o direito da criança e do adolescente de comunicar à escola a ocorrência de violência; e estabelecer a implementação intersetorial da Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente, com ênfase em ações educativas e de articulação federativa.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fic_hadetrmitacao?idProposicao=2593293
Projeto de lei nº 6.194, de 05 de dezembro 2025	Dispõe sobre normas de prevenção, proteção, responsabilização civil e educação digital para o enfrentamento à misoginia em aplicações de internet.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fic_hadetrmitacao?idProposicao=2593228
Projeto de lei nº 6.744, de 22 de dezembro 2025	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para qualificar os crimes de incitação e de apologia quando relacionados a crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fic_hadetrmitacao?idProposicao=2599347
Projeto de lei nº 6.843, de 22 de dezembro 2025	Dispõe sobre a vedação da substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar nas hipóteses de crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, e dá outras providências.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fic_hadetrmitacao?idProposicao=2599446
Projeto de lei nº 6.963, de 22 de dezembro 2025	Dispõe sobre a responsabilidade civil das pessoas físicas ou jurídicas que, por ação ou omissão, causem dano à criança ou ao adolescente, e dá outras providências.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fic_hadetrmitacao?idProposicao=2599567



3. NORMAS JURÍDICAS E ADMINISTRATIVAS INTERNACIONAIS

País	Norma	Ementa	Link
Austrália	Act nº 42/2010 – Lei ° 42/2010	Intitulada oficialmente de Crimes Legislation Amendment (Sexual Offences Against Children) Act 2010 - Emenda à Legislação de Crimes (Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes) Lei de 2010, altera a lei penal e serve a propósitos relacionados ao tema de seu título, atualizando, principalmente, a Act N°. 12, 1914, Crimes Act 1914 - Lei N° 12/1914 – Lei de Crimes de 1914 e a Act N°. 12, 1995, Criminal Code Act 1995 – Lei N° 12/1995, Código Penal de 1995.	https://www.legislation.gov.au/C2010A00042/asmade/text
Austrália	Act N°. 76/2021 – Lei N° 76/2021	Intitulada oficialmente de Online Safety Act 2021- Lei de Segurança Online 2021, propõe melhorar e promover a segurança online para australianos, havendo sido atualizada pela Lei n° 77, 2021, compilada em 23/01/2022 e registrada em 03/02/2022	https://www.legislation.gov.au/C2021A00076/latest/text



País	Norma	Ementa	Link
Canadá	Revised Statutes of Canada, 1985 Act – Chapter 46 (R.S.C., 1985, c. C-46) – Leis Estatutárias Revisadas do Canadá – Capítulo 46	Compila o Código Penal do Canadá, alterado pela última vez em 14/01/2024.	https://laws-lois.justice.gc.ca/eng/acts/c-46/
Canadá	Statutes of Canada 2011, Chapter 4 (S.C. 2011, c. 4) – Leis Estatutárias do Canadá 2011, Capítulo 4	Intitulada oficialmente de An Act respecting the mandatory reporting of Internet child pornography by persons who provide an Internet service, 2011, como o próprio nome sugere, trata da denúncia obrigatória de pornografia infantil na internet por pessoas que fornecem serviço de internet, tendo sido regulamentada pelo Statutory Orders and Regulations 2011-292, de 2024 (SOR/2011-292), intitulada, por sua vez, Internet Child Pornography Reporting Regulations – Regulamentações de Denúncias sobre Pornografia Infantil na Internet	https://laws.justice.gc.ca/eng/acts/l-20.7/index.html

País	Norma	Ementa	Link
Canadá	Statutes of Canada 2014, Chapter 25 (S.C. 2014, c. 25) –Leis Estatutárias do Canadá 2014, Capítulo 25	Intitulada oficialmente de Protection of Communities and Exploited Persons Act – Lei de Proteção de Comunidades e Pessoas Exploradas, altera o Código Penal em resposta à decisão da Suprema Corte do Canadá no caso Procurador-Geral do Canadá vs. Bedford e para fazer alterações consequentes em outras leis.	https://laws-lois.justice.gc.ca/en/g/annualstatutes/2014_25/page-1.html
Colômbia	Ley nº 599 de 2000 – Lei Nº 599/2000	Expede o Código Penal, alterado pela última vez em 2023	https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=6388
Colômbia	Ley nº 679 de 2001 – Lei Nº 679/2001	Expede um estatuto para prevenir e combater a exploração, a pornografia e o turismo sexual com menores, no desenvolvimento do artigo 44 da Constituição, alterado pela última vez pela Ley nº 1336 de 2009 – Lei nº 1336/2009, por meio da qual se adiciona robustez à citada lei na luta contra a exploração, a pornografia e o turismo sexual contra crianças e adolescentes.	https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=18309

País	Norma	Ementa	Link
El Salvador	Decreto n° 1030/1997	Decreta o Código Penal de El Salvador, reformado pela última vez em 28 de agosto de 2023.	https://www.asamblea.gob.sv/sites/default/files/documentos/decretos/0626467E-27A4-47A0-91DB-4E9BFEBB65D1.pdf
El Salvador	Decreto n° 260/2016	Decreta a Ley Especial Contra Los Delitos Informáticos y Conexos – Lei Especial Contra Delitos Informáticos e Conexos, alterada pelos Decretos n° 236/2021 e n° 280/2022.	https://www.jurisprudencia.gob.sv/DocumentosBoveda/D/2/2010-2019/2016/02/B6B74.PDF
Filipinas	Republic Act n° 10175/2012 – Lei n° 10175/2012	Intitulada oficialmente de Cybercrime Prevention Act of 2012 – Lei de Prevenção ao Cibercrime 2012 e regulamentada em 2015, define o crime cibernético, tratando de prevenção, investigação, supressão e imposição de penalidades, entre outros fins.	https://www.officialgazette.gov.ph/2012/09/12/republic-act-no-10175/



País	Norma	Ementa	Link
Filipinas	<p>Republic Act nº 11930/2022 - Lei nº 11930/2022</p>	<p>Intitulada oficialmente de Anti-Online Sexual Abuse or Exploitation of Children (OSAEC) and Anti-Child Sexual Abuse or Exploitation Materials (CSAEM) Act – Lei Anti-Abuso ou Exploração Sexual Online de Crianças e Adolescentes e Anti-Materiais de Abuso ou Exploração de Crianças e Adolescentes, a norma federal das Filipinas objetiva punir o abuso ou a exploração sexual online de crianças e adolescentes, penalizando a produção, distribuição, posse e acesso materiais de abuso ou exploração de crianças e adolescentes. Altera a Republic Act nº 9160/2001 - Lei nº 9160/2001, também conhecida como Anti-Money Laundering Act of 2001, Lei Anti-Lavagem de Dinheiro de 2001, alterando e revogando a Anti-Child Pornography Act of 2009 - Lei Anti-Pornografia Infantil de 2009. Além de responsabilizar o setor privado, por meio de usuários, provedores de serviço de internet, provedores de pagamento e pontos de acesso a internet, a lei projeta o protagonismo estatal, prevendo a cooperação de agências públicas na governança do problema, mas também a articulação com organizações não-governamentais e internacionais. Planeja, ainda, políticas públicas para o enfrentamento da violência sexual online contra crianças e adolescentes, por meio de serviços e programas específicos e da criação do National Coordination Center against OSAEC and CSAEM - Centro de Coordenação Nacional contra Abuso e Exploração Sexual Online de Crianças e Adolescentes e Materiais de Abuso e Exploração Sexual Online de Crianças e Adolescentes. Em síntese, também projeta ações de saúde, assistenciais, educacionais e comunicacionais, além de pesquisas e apoio técnico para organizações governamentais, não-governamentais e articulação destas, com a academia e organizações internacionais.</p>	<p>https://hrep-website.s3.amazonaws.com/legisdocs/ra_18/R_A11930.pdf</p>



País	Norma	Ementa	Link
México	Ley General de Acceso de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia, de 2007 – Lei Geral de Acesso das Mulheres a uma Vida Livre de Violência 2007	Publicada em 01/02/2007 e alterada pela última vez em 26/01/2024, objetiva estabelecer a coordenação entre a Federação, os entes federais, as demarcações territoriais da Cidade do México e os municípios para prevenir, punir e erradicar a violência contra mulheres, adolescentes e crianças do sexo feminino, bem como os princípios e mecanismos para o pleno acesso a uma vida livre de violência, bem como garantir o gozo e exercício dos seus direitos humanos e fortalecer o regime democrático estabelecido na Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos.	https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/209278/LGAMVLV_15.02.23.pdf
México	Ley General de los Derechos de Niñas, Niños y Adolescentes, de 2014 – Lei Geral dos Direitos das Crianças e Adolescentes, de 2014	Publicada em 04/12/2014, e alterada pela última vez em 26/03/2024, reforma diversas disposições da Lei Geral de Prestação de Serviços para a Atenção, Cuidado e Desenvolvimento Integral Infantil.	https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/918955/LGDNNA_Ultima_Reforma_27052024.pdf
México	Código Penal Federal, de 1931, atualizado em 2024	Código Penal Federal do México, reformado pela última vez em 17/04/2024	https://www.refworld.org/es/leg/legis/pleg/1931/es/125545



País	Norma	Ementa	Link
Reino Unido	Digital Economy Act 2017, 2017 Chapter 30 – Lei da Economia Digital 2017, 2017 c. 30	<p>Sancionada em 27/04/2017, e alterada pela última vez em 08/02/2024, prevê infraestrutura e serviços de comunicações eletrônicas; restringe o acesso à pornografia online; dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual em conexão com comunicações eletrônicas; toma providências sobre o compartilhamento de dados; faz provisões em conexão com a seção 68 da Lei de Telecomunicações de 1984; toma providências sobre as funções do OFCOM em relação à BBC; prevê a determinação, pela BBC, de concessões de taxas de licença de TV relacionadas à idade; dispõe sobre a regulamentação do marketing direto; toma outras providências sobre o OFCOM e suas funções; toma providências sobre filtros de internet; dispõe sobre a prevenção ou restrição do uso de dispositivos de comunicação em conexão com crimes de tráfico de drogas; confere poder para criar um crime de violação de limites de venda de ingressos; toma providências sobre o pagamento de taxas ao Comissário de Informação; toma providências sobre sistemas de pagamentos e sistemas de liquidação de valores mobiliários; prevê qualificações em tecnologia da informação, entre outros fins relacionados.</p>	<p>https://www.legislation.gov.uk/ukpga/2017/30/pdf/s/ukpga_20170030_en.pdf</p>



País	Norma	Ementa	Link
Reino Unido	Online Safety Act 2023 – Lei de Segurança Online 2023	Publicada em 26/10/2023, faz provisões para, e em conexão com, a regulamentação, pelo OFCOM, de certos serviços de Internet; para, e em conexão com, crimes de comunicação; e para fins conexos	https://www.legislation.gov.uk/ukpga/2023/50
Uganda	Act nº 2/2011 – Lei nº 2/2011	Intitulada oficialmente de Computer Misuse Act, 2011 – Lei do Uso Indevido de Computadores 2011, e alterada pela última vez em 2022, prevê a segurança das transações eletrônicas e dos sistemas de informação; previne o acesso ilegal, o abuso ou a utilização indevida de sistemas de informação – incluindo computadores –, toma medidas para garantir a realização de transações eletrônicas num ambiente eletrônico confiável e providencia outras questões relacionadas	https://ict.go.ug/site/documents/UGA-NDA-Computer-Misuse-Act-No.-2-of-2011-1.pdf
Uganda	Children Act, Chapter 59, 1997 – Lei das Crianças e Adolescentes, Capítulo 59, 1997	Reforma e consolida a lei relativa às crianças; providencia o cuidado, proteção e manutenção das crianças; fornece apoio das autoridades locais às crianças; estabelece um tribunal de família e filhos; fornece provisões para crianças acusadas de crimes e para outros fins relacionados.	https://natlex.ilo.org/dyn/natlex2/r/natlex/fe/details?p3_isn=75311

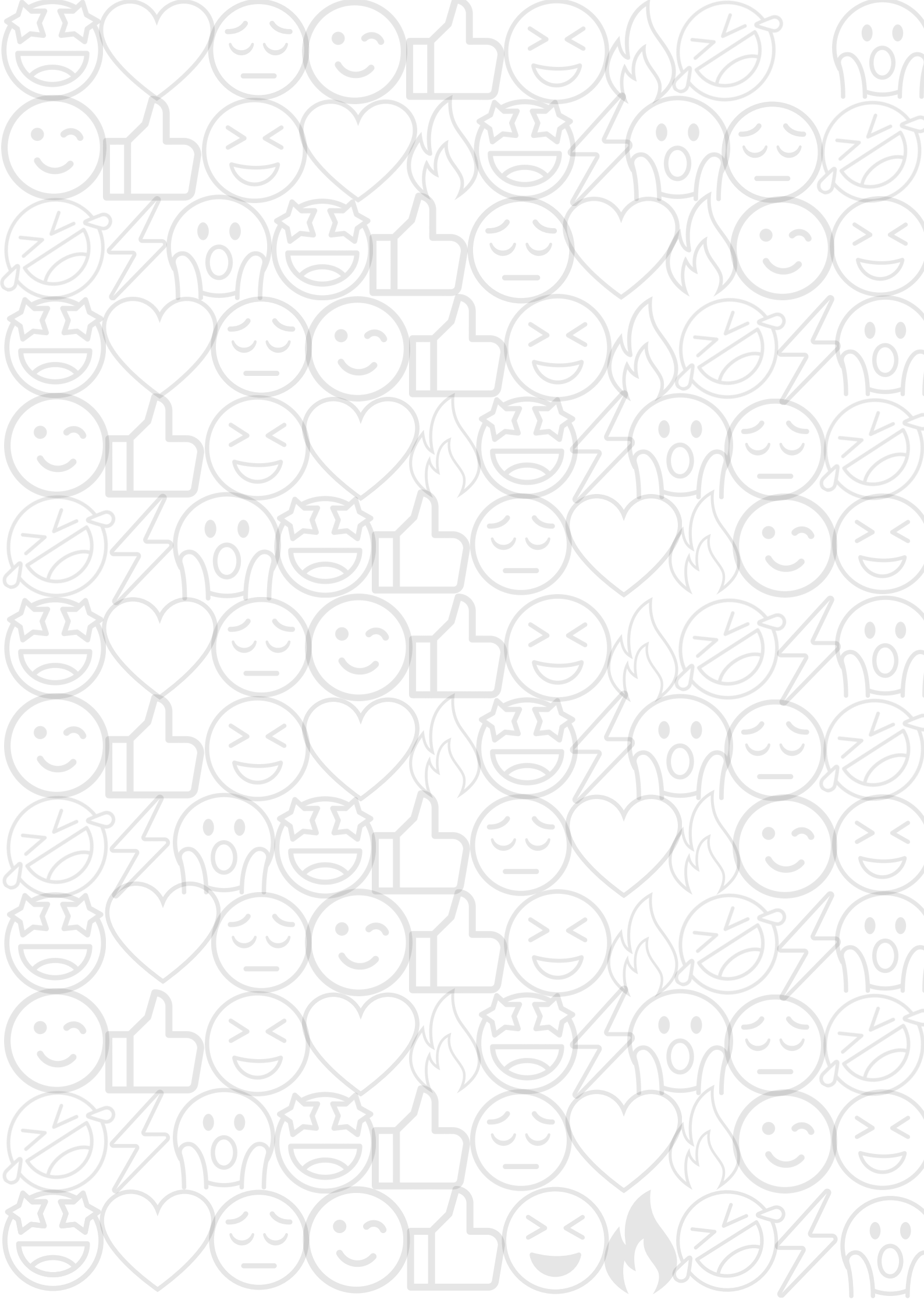


REFERÊNCIAS

ECONOMIST IMPACT. **Out of the Shadows**: Índice 2022. Londres: Economist Intelligence Unit, 2023. Disponível em: https://cdn.outoftheshadows.global/uploads/documents/OOS_Index_Global_Report_2022_SP_2023-02-08-175000_hdoq.pdf. Acesso: 12 fev. 2024.

INTERNATIONAL CENTRE FOR MISSING & EXPLOITED CHILDREN - ICMEC. **Child Sexual Abuse Material: Model Legislation & Global Review**. [Documento online]. Alexandria/VA: ICMEC, 2023. Disponível em: https://cdn.icmec.org/wp-content/uploads/2023/10/CSAM-ModelLegislation_10th-Ed-Oct-2023.pdf. Acesso em: 01 de março de 2024

THE WEPROTECT GLOBAL ALLIANCE. **Working examples of model national response capabilities and implementation**. Holanda: WeProtect Global Alliance, 2016. Disponível em: <https://www.weprotect.org/wp-content/uploads/Working-examplesof-WPGA-Model-National-Response-capabilities-andimplementation.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.



Este produto foi desenvolvido pelo Projeto "Diagnóstico da Violência Sexual Online - Crianças e Adolescentes", uma ação do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) do Governo Federal, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A ação foi gerida e executada pela Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura (FUNPEC), sob a coordenação técnica do Observatório da População Infantojuvenil em Contextos de Violência, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (OBIJUV/UFRN). É parte da Caixa de Ferramentas "Faça Bonito na Rede" - Enfrentamento da Violência Sexual Online contra Crianças e Adolescentes.

